

MINISTÉRIO DAS CIDADES
40
março



MINISTÉRIO DAS CIDADES
Secretaria Nacional de Habitação

CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
29ª. REUNIÃO ORDINÁRIA

Data: **30/06/2015**
Hora: **14h30**
Local: **SAUS, Q. 1, Bl. H, Edifício Telemundi II - Auditório Térreo – Brasília/DF**

I - ENTIDADES INTEGRANTES DO CONSELHO

1 - Ministério das Cidades - MCIDADES:

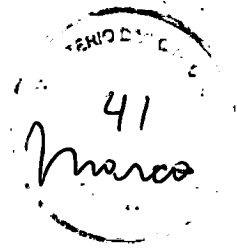
Gilberto Kassab – Ministro de Estado das Cidades - Presidente do Conselho

Inês da Silva Magalhães – Secretária Nacional Habitação - Vice-Presidente do Conselho

Júnia Maria Barroso Santa Rosa – Secretária Nacional de Habitação - Substituta

2 – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI:

Sanderson Alberto Medeiros Leitão – Titular



Leticia Beccalli Klug - Suplente

3 – Ministério da Cultura - MinC:

Germano Andrade Ladeira - Titular

Simone Antônia Colen - Suplente

4 – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS:

Camila Salvador Cipriano - Titular

Rafael D'Aquino Mafra - Suplente

5 – Ministério da Fazenda - MF:

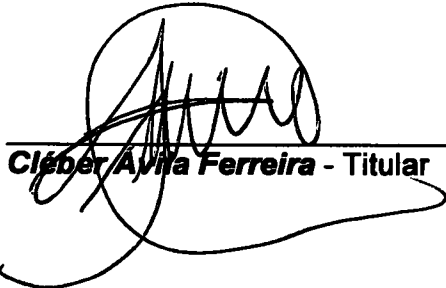
Changel

Juraci Campos de Lima Rangel - Titular

MOD
42
Marco

Gustavo Alves Tillmann - Suplente

6 – Ministério da Integração Nacional - MI:



Cléber Avila Ferreira - Titular

Brenno Leopoldo Cavalcante de Paula - Suplente

7 – Ministério do Meio Ambiente - MMA:

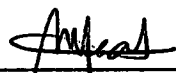


Silmara Vieira da Silva - Titular

Joisa Maria Barroso Loureiro - Suplente

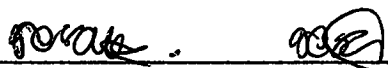
8 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP:

Leila Kuhnert Campos - Titular



Ana Luísa Borges Leal - Suplente

9 – Ministério da Saúde - MS:



Tereza Cristina Sepúlveda Alcântara - Titular

Selma Irene Antônio - Suplente

10 – Ministério do Trabalho e Emprego - MTE:

Roberto Marinho Alves da Silva - Titular

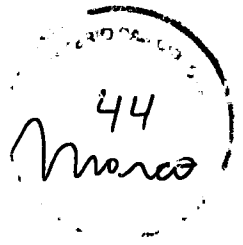


Maria Cristianna Barradas Carneiro - Suplente

11 – Caixa Econômica Federal - CEF:



Deusdina dos Reis Pereira - Titular



Jucemar José Imperatori - Suplente

12 – Central de Movimentos Populares – CMP:



Walter da Silva Monteiro - Titular

Luis Gonzaga da Silva - Suplente

13 – Confederação Nacional das Associações de Moradores – CONAM:



João Pereira Oliveira Júnior - Titular

Daniel dos Santos - Suplente

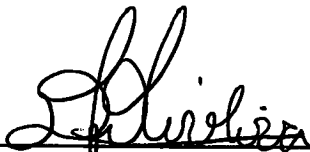
14 – Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLN:

Silvio José Gonçalves - Titular



Elizeth Cristina Vieira Costa - Suplente

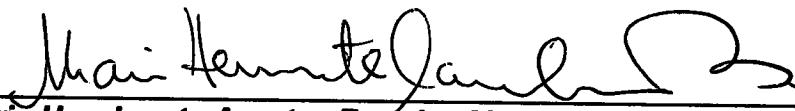
15 – União Nacional por Moradia Popular – UNMP:



Donizete Fernandes de Oliveira - Titular

Vidal Barbosa da Silva - Suplente

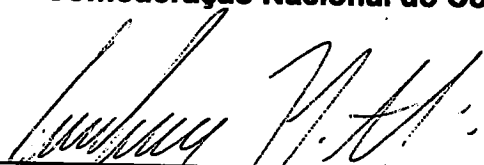
16 – Confederação Nacional da Indústria – CNI:



Maria Henriqueta Arantes Ferreira Alves - Titular

Luis Fernando Melo Mendes - Suplente

17 – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC:



Caíl Cherem Netto – Titular

Fernando Pinho da Costa - Suplente

18 – Confederação Nacional das Instituições Financeiras – CNF:


José da Silva Aguiar - Titular

Filipe Ferrez Pontual Machado - Suplente

19 – Federação Nacional dos Urbanitários – FNU:

Pedro Tabajara Blóis Rosário – Titular

VAGO - Suplente

20 – Federação Nacional dos Engenheiros - FNE:


José Ailton Ferreira Pacheco – Titular



Marta Silêda Rebouças da Costa – Suplente

II - ENTIDADES CONVIDADAS

1) SETOR PÚBLICO MUNICIPAL

João Cláudio Klautau Guimarães
Associação Brasileira de COHABs e Agentes Públicos de Habitação - ABC

2) SETOR PÚBLICO MUNICIPAL

Anderson José Rodrigues
Frente Nacional de Prefeitos

3) SETOR PÚBLICO ESTADUAL

Abel Ferreira Leite Neto
Fórum Nacional dos Secretários Estaduais de Habitação e Desenvolvimento Urbano

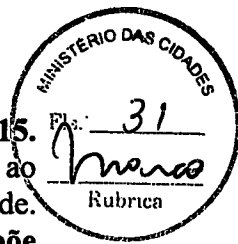


MINISTÉRIO DAS CIDADES
Secretaria Nacional de Habitação
Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social



ATA DA 29ª REUNIÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 30/06/2015

1 Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e quinze, às quatorze horas e trinta
2 minutos, no auditório do Ministério das Cidades – MCIDADES, localizado no SAUS,
3 Quadra 01, Bloco “H”, Edifício Telemundi II, Auditório Térreo, Brasília/DF, sob a
4 presidência da Sra. **Inês da Silva Magalhães** Secretária Nacional de Habitação,
5 (SNH/MCIDADES), e secretariada pelo Sr. **Nelson Teixeira da Silva** servidor da
6 Secretaria Nacional de Habitação, SNH/MCIDADES, realizou-se a 29ª. (vigésima nona)
7 reunião ordinária do Conselho Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse
8 Social, com a presença dos seguintes Conselheiros: Sra. **Juraci Campos de Lima**
9 **Rangel**, Titular do Ministério da Fazenda (MF); Sr. **Cléber Ávila Ferreira**, Titular do
10 Ministério da Integração Nacional (MI); **Silmara Vieira da Silva**, Titular do Ministério
11 do Meio Ambiente (MMA); Sra. **Ana Luísa Borges Leal**, Suplente do Ministério do
12 Planejamento, Orçamento e Gestão (MP); Sra. **Tereza Cristina Sepúlveda Alcântara**,
13 Titular do Ministério da Saúde (MS); Sra. **Maria Cristianna Barradas Carneiro**,
14 Suplente do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Sra. **Deusdina dos Reis**
15 **Pereira**, Titular da Caixa Econômica Federal (CEF); Sr. **Walter da Silva Monteiro**,
16 Titular da Central de Movimentos Populares (CMP); Sr. **João Pereira Oliveira Junior**,
17 Titular da Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM); Sra.
18 **Elizeth Cristina Vieira Costa**, Suplente do Movimento Nacional de Luta pela Moradia
19 (MNLN); Sr. **Donizete Fernandes de Oliveira**, Titular da União Nacional por Moradia
20 Popular (UNMP); Sra. **Maria Henriqueta Arantes Ferreira Alves**, Titular da
21 Confederação Nacional da Indústria (CNI); Sr. **Calil Cherem Netto**, Titular da
22 Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC); Sr. **José da**
23 **Silva Aguiar**, Titular da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF); Sr.
24 **José Ailton Ferreira Pacheco**, Titular da Federação Nacional dos Engenheiros (FNE);
25 Sr. **Élson Manoel Pereira**, Titular da Associação Nacional de Pós-Graduação e
26 Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (ANPUR); e Sra. **Socorro de Paula**
27 **Barbosa Rodrigues Leite**, Titular da HABITAT para Humanidade Brasil. A 29ª
28 (vigésima nona) Reunião Ordinária do Conselho Gestor do Fundo Nacional de
29 Habitação de Interesse Social (CGFNHIS) destinou-se à apreciação e deliberação da
30 seguinte pauta: **Item 1** – Apreciação da ata da 28ª Reunião Ordinária do Conselho
31 Gestor FNHIS, realizada em 24 de março de 2015; **Item 2** - Voto nº
32 002/2015/SNH/MCIDADES, de 15 de junho de 2015 – Propõe ações do Programa
33 Temático Moradia Digna, integrante do Plano Plurianual – PPA, para o período
34 2016/2019, a serem executadas com recurso do Fundo Nacional de Habitação de
35 Interesse Social – FNHIS; e, **item 3** - Assuntos Gerais - Apresentação SNH - Execução
36 orçamentária-financeira das ações do FNHIS; e Apresentação SNH – Balanço de adesão
37 dos entes federados ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS.
38 **Abertura da Reunião:** Havendo quórum regimental a Sra. **Inês da Silva Magalhães**
39 (SNH/MCidades) deu início a reunião, dando as boas-vindas aos novos Conselheiros e
40 após cumprimentar a todos passou a palavra ao Sr. **Nelson Teixeira da Silva**, secretário
41 da mesa, que passou ao primeiro item da pauta. **Ata da 28ª (vigésima oitava) reunião**



42 **ordinária do Conselho Gestor (FNHIS), realizada em 24 de março de 2015.**
43 Dispensada a leitura e não havendo nenhuma observação a ata foi submetida ao
44 Colegiado, em regime de votação, sendo aprovada, sem ressalvas, por unanimidade.
45 **Item 2 - Voto nº 002/2015/SNH/MCIDADES, de 15 de junho de 2015 – Propõe**
46 **ações do Programa Temático Moradia Digna, integrante do Plano Plurianual –**
47 **PPA, para o período 2016/2019, a serem executadas com recurso do Fundo**
48 **Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS.** O relato do Voto foi precedido
49 de apresentação dos pontos relevantes e inovadores do PPA 2016/2019, realizada pelo
50 servidor **Alex Machado** (SNH/MCIDADES). Foi explicado que o PPA passou a ter
51 como foco a organização da ação de governo, nos níveis estratégico e tático, e o
52 orçamento passou a responder pela organização no nível operacional. Nesse sentido, o
53 PPA passou a ser estruturado dentro das seguintes dimensões: a) **Dimensão**
54 **Estratégica:** representada pela orientação estratégica que tem como base os Macro
55 desafios e a visão de longo prazo do Governo Federal; b) **Dimensão Tática:** que define
56 caminhos exequíveis para o alcance dos objetivos e das transformações definidas na
57 dimensão estratégica, considerando as variáveis inerentes à política pública tratada, e
58 que ainda vincula os Programas Temáticos para consecução dos Objetivos assumidos,
59 estes materializados pelas Iniciativas expressas no Plano; e **Dimensão Operacional:**
60 que se relaciona com o desempenho da ação governamental no nível da eficiência e é
61 especialmente tratada no orçamento, buscando a otimização na aplicação dos recursos
62 disponíveis e a qualidade dos produtos entregues. Por sua vez, as dimensões passaram a
63 ser tratadas de acordo com as seguintes categorias: a) **Macro desafios:** diretrizes
64 elaboradas com base no Programa de Governo e na Visão Estratégica que orientarão a
65 formulação dos Programas, que são instrumentos de organização da ação governamental
66 visando à concretização dos objetivos pretendidos; e b) **Programa Temático:** que
67 retrata, no Plano Plurianual, a agenda de governo organizada pelos Temas das Políticas
68 Públicas e orienta a ação governamental. O Programa Temático, por sua vez, se
69 desdobrou em Objetivos e Iniciativas, assim definidos: a) **Objetivo:** expressa o que
70 deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de um
71 conjunto de Iniciativas, com desdobramento no território; e b) **Iniciativa:** declara as
72 entregas à sociedade de bens e serviços, resultantes da coordenação de ações
73 orçamentárias e outras ações institucionais e normativas, bem como da pactuação entre
74 entes federados, entre Estado e sociedade e da integração de políticas públicas.
75 Encerrada a apresentação do PPA, passou-se ao relato do Voto nº
76 002/2015/SNH/MCIDADES. O secretário da mesa, Sr. **Nelson Teixeira**
77 (SNH/MCIDADES) iniciou o relato afirmando que a Secretaria Nacional de Habitação do
78 Ministério das Cidades, a partir de 2012, passou a se responsabilizar pela gestão do **Programa**
79 **Temático denominado Moradia Digna**, cuja criação se originou não só pelo déficit
80 habitacional, seu principal desafio, mas também por um contexto nacional marcado pela
81 irregularidade fundiária; baixo dinamismo do mercado habitacional; fragilidade institucional
82 dos municípios; baixa articulação federativa; e profunda desigualdade socioterritorial. **Para o**
83 **período 2016/2019, o Programa Temático Moradia Digna** será executado observados os
84 seguintes objetivos: **Objetivo 1** – Melhorar as condições de vida e de habitabilidade das
85 famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários; **Objetivo 2** – Ampliar o acesso
86 à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa
87 renda, por intermédio do Programa Minha Casa, Minha Vida; **Objetivo 3** – Fortalecer a
88 capacidade técnica e institucional dos atores envolvidos na implementação da política
89 habitacional de interesse social para elevar a qualidade da inserção urbana e sustentabilidade
90 dos empreendimentos e contribuir para inclusão socioeconômica das famílias beneficiadas;
91 **Objetivo 4** – Incentivar a construção, aquisição, ampliação e melhorias habitacionais, por meio
92 de medidas de facilitação do acesso ao financiamento imobiliário, estimulando a oferta de
93 crédito pelos Agentes Financeiros; **Objetivo 5** – Elevar os patamares da qualidade da



94 construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização
95 tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade, contribuindo para
96 ampliar o acesso à moradia digna para a população de menor renda. O Sr. Nelson Teixeira
97 (SNH/MCIDADES) demonstrou que os **Objetivos** dão origem às **Iniciativas** que, no caso do
98 **Programa Temático Moradia Digna**, estão assim definidas: **Relacionadas ao Objetivo 1:** a)
99 apoiar a urbanização de assentamentos precários, por intermédio da execução de ações
100 integradas de habitação, infraestrutura, regularização fundiária e inclusão sócio ambiental;
101 b) articular com o Programa Minha Casa Minha Vida, para o reassentamento ou remanejamento
102 de famílias nas obras de urbanização de assentamentos precários, contenção de encostas,
103 saneamento, transporte e mobilidade urbana; e c) articular a destinação de imóveis da
104 União, com a Secretaria de Patrimônio da União, ocupados por população de baixa renda.
105 **Relacionadas ao Objetivo 2:** a) utilização de imóveis da União, geridos pela Secretaria de
106 Patrimônio da União, em apoio à implementação dos programas de produção habitacional; b)
107 estimular alternativas de atendimento habitacional adequadas ao perfil da população em
108 situação de extrema vulnerabilidade, aos povos e comunidades tradicionais ou com necessidade
109 temporária de acesso à moradia digna; c) promoção da acessibilidade nas unidades habitacionais
110 ofertadas no Programa Minha Casa, Minha Vida; d) estimular a produção e reforma de unidades
111 habitacionais com sustentabilidade dos empreendimentos, apoiando a implantação de
112 infraestruturas complementares, equipamentos públicos e áreas comerciais; e) facilitar o acesso
113 ao crédito imobiliário de forma subsidiada para produção ou aquisição de unidades
114 habitacionais; f) qualificar o Programa Minha Casa Minha Vida, fortalecendo a sua atuação em
115 áreas rurais e a sua integração com a Política Nacional da Agricultura Familiar e
116 Empreendimentos Familiares Rurais; g) fortalecer a atuação da sociedade civil por meio das
117 entidades sem fins lucrativos. **Relacionadas ao Objetivo 3:** a) apoio à elaboração de Planos e
118 Projetos para Habitação de Interesse Social; b) fortalecimento da Política Nacional de Habitação
119 - PNH e implantação de monitoramento e avaliação dos Programas e Ações do Sistema
120 Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS; c) desenvolvimento de atividades que
121 promovam a sustentabilidade ambiental, econômica e social dos empreendimentos de habitação
122 social; d) articulação de programas habitacionais de interesse social a outras políticas públicas,
123 como saúde, educação, assistência, segurança, trabalho e renda, entre outras; e e)
124 desenvolvimento de ações integradas para prevenir a prática de condutas ilícitas, no âmbito de
125 programas habitacionais instituídos pela União, com a finalidade de garantir a sua efetividade.
126 **Relacionadas ao Objetivo 4:** a) Promoção do aumento da participação dos agentes financeiros
127 na concessão do financiamento habitacional; e b) Oferta de financiamento, inclusive com
128 subsídios para população de baixa renda para: construção, requalificação, reforma ou aquisição
129 de imóvel novo ou usado. **Relacionadas ao Objetivo 5:** a) promoção da qualidade,
130 produtividade e sustentabilidade do habitat, integrando todos os atores públicos e privados por
131 meio da implantação do Sistema Nacional para Capacitação Profissional e Certificação
132 Profissional (SiCaP), consolidação do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de
133 Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC), do Sistema de Qualificação de Materiais,
134 Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC), e do Sistema Nacional de Avaliação Técnica
135 de Produtos Inovadores (SiNAT); e b) apoio do setor privado e órgãos de fomento, aos sistemas
136 de qualidade (SiAC, SiMAC, SiNAT e SiCAP), à inovação tecnológica e à regulamentação de
137 quesitos relacionados à sustentabilidade do setor da construção civil. Como resultado, foi
138 estruturado um conjunto de ações, a serem lastreadas nos recursos do FNHIS, para o período
139 2016/2019. São elas: **a) Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de**
140 **Assentamentos Precários**, com a finalidade de apoiar o poder público na elevação dos padrões
141 de habitabilidade e de qualidade de vida das famílias de baixa renda, que vivem em
142 assentamentos precários em localidades urbanas ou rurais; **b) Apoio à Provisão Habitacional**
143 **de Interesse Social**, com a finalidade de apoiar o poder público e entidades privadas sem fins
144 lucrativas no desenvolvimento de ações integradas e articuladas que resultem em acesso à
145 moradia digna, destinada à população de baixa renda, em localidades urbanas ou rurais; **c)**
146 **Apoio à Elaboração de Planos e Prestação de Serviços de Assistência Técnica para**
147 **Habitação de Interesse Social**, com a finalidade de apoiar a elaboração de planos de habitação
148 de interesse social, para implantação e consolidação do Sistema Nacional de Habitação de



149 Interesse Social – SNHIS; e a prestação de serviços de assistência técnica, assim entendida
150 como o conjunto de ações voltadas à elaboração de projetos, acompanhamento e execução da
151 obra, trabalho social e jurídico necessários para a edificação, reforma, ampliação, conclusão ou
152 regularização fundiária da habitação; e d) **Apoio ao Desenvolvimento Institucional dos**
153 **Agentes integrantes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS**, com a
154 finalidade de apoiar a capacitação institucional dos agentes integrantes do Sistema Nacional de
155 Habitação de Interesse Social - SNHIS, para atuarem na melhoria das condições urbanísticas e
156 habitacionais das cidades, prioritariamente, nas áreas em que vivem famílias de baixa renda.
157 Encerrado o relato do Voto, a Sra. Presidenta, Inês Magalhães (SNH/MCIDADES), abriu a
158 palavra aos Conselheiros presentes. O Sr. **José da Silva Aguiar** (CNF) afirmou que seria
159 interessante conhecer a missão do FNHIS dentro do objetivo de contribuir para
160 solucionar o déficit habitacional do país, considerando que já existe o Programa Minha
161 Casa, Minha Vida e os recursos do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo –
162 SBPE. O Sr. **Nelson Teixeira** (SNH/MCIDADES) esclareceu que os recursos do
163 FNHIS são destacadamente destinados à urbanização de assentamentos precários e à
164 capacitação de estados e municípios, ações estas complementares ao Programa Minha
165 Casa, Minha Vida destinado à produção de novas unidades habitacionais. O Sr. **Calil**
166 **Cherem Netto** (CNC) questionou sobre a participação da Secretaria do Patrimônio da
167 União - SPU e colocou, como sugestão, a utilização de áreas da União. Em seguida o
168 Sr. **Nelson Teixeira** (SNH/MCIDADES) esclareceu que os subitens 8.1 e o 8.2 do
169 Voto, que definem os objetivos 1 e 2, contemplam a preocupação do Conselheiro da
170 CNC. Solicitando a palavra, o Sr. **Walter da Silva Monteiro** (CMP) perguntou se seria
171 possível contemplara reformas e melhorias, particularmente de imóveis históricos, a
172 exemplo daqueles existentes na cidade de Salvador. O Sr. **Nelson Teixeira**
173 (SNH/MCidades) afirmou que a recuperação de imóveis históricos está contemplada na
174 ação que prevê o apoio à melhoria das condições de habitabilidade. Em seguida, o Sr.
175 **João Pereira Oliveira Junior** (CONAM) questionou se a proposta apresentada pela
176 SNH/MCIDADES contempla as questões levantadas pelos movimentos populares junto
177 ao Conselho das Cidades, sendo esclarecido pelo Sr. **Nelson Teixeira**
178 (SNH/MCIDADES) que as recomendações do Conselho das Cidades ainda não estavam
179 absolutamente contempladas, citando como exemplo a assistência técnica nos moldes da
180 Lei nº 11.888, de 2008. O Sr. **Donizete Fernandes de Oliveira** (UNMP) abordou o
181 problema dos despejos forçados e alertou para a necessidade de se fazer a reforma
182 urbana das cidades. Citou ainda que o grande problema a ser enfrentado diz respeito à
183 regularização fundiária e à discussão, de forma democrática, sobre os beneficiados pelos
184 programas. O Sr. **Élson Manoel Pereira** (ANPUR) destacou sua preocupação com a
185 inserção urbana dos empreendimentos. Retomando a palavra, o Sr. **João Pereira**
186 **Oliveira Junior** (CONAM) questionou se a proposta apresentada pela
187 SNH/MCIDADES contempla a recuperação de imóveis degradados nos centros, ao quê
188 o Sr. **Nelson Teixeira** (SNH/MCIDADES) respondeu afirmativamente, esclarecendo
189 que o conceito de assentamentos precários também considera os cortiços. A Sra.
190 **Socorro de Paula Barbosa Rodrigues Leite** (HABITAT) destacou a necessidade de
191 ação que contemple a execução de melhorias habitacionais. Mais uma vez no uso da
192 palavra, o Sr. **João Pereira Oliveira Junior** (CONAM) sugeriu que a proposta em
193 discussão viesse a contemplar ação que tratasse da mediação dos conflitos fundiários
194 urbanos. O Sr. **Cléber Ávila Ferreira** (MI) apresentou sugestão para distinguir projetos
195 elaborados e obras executadas. A Sra. **Maria Henriqueta Arantes Ferreira Alves**
196 (CNI) afirmou que ações de melhoria e reforma devem, necessariamente, ser
197 acompanhadas por ações de assistência técnica. Encerrados os comentários, a Sra.
198 Presidenta, **Inês Magalhães** (SNH/MCIDADES), solicitou ao secretário da mesa que
199 submetesse o Voto ao Colegiado, colhendo, ponto a ponto, as observações que os



200 Conselheiros desejassem fazer em relação à proposta original. A minuta de Resolução
201 proposta pela SNH/MCIDADES sofreu, assim, as seguintes modificações: Por
202 proposição do Sr. **Élson Manoel Pereira** (ANPUR) e da Sra. **Socorro de Paula**
203 **Barbosa Rodrigues Leite** (HABITAT) a finalidade e a descrição da ação de “**Apoio à**
204 **Provisão Habitacional de Interesse Social**” passaram a incorporar a questão da
205 inserção urbana e a questão da melhoria habitacional, adotando, dessa forma, por
206 unanimidade, a seguinte redação, lida pelo secretário da mesa: **Finalidade:** Apoiar o
207 poder público e entidades privadas sem fins lucrativos no desenvolvimento de ações
208 integradas e articuladas que resultem em acesso à moradia digna, destinada à população
209 de baixa renda, em localidades urbanas ou rurais, buscando nas cidades a plena inserção
210 urbana dos empreendimentos. **Descrição:** Transferência de recursos ao poder público e
211 a entidades privadas sem fins lucrativos para apoio à produção ou melhoria
212 habitacional. Em seguida, de forma a conferir maior clareza à definição e forma de
213 aferição da ação e visando atender à necessidade de incluir ações de apoio à mediação
214 de conflitos, e de assistência técnica, a Sra. **Tereza Cristina Sepúlveda Alcântara**
215 (MS), o Sr. **João Pereira Oliveira Júnior** (CONAM) e a Sra. **Socorro de Paula**
216 **Barbosa Rodrigues Leite** (HABITAT) propuseram alterações para os textos da
217 finalidade, descrição, produto e forma de execução da ação de “**Apoio à Prestação de**
218 **Serviços de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social**”, que adotou,
219 por unanimidade a seguinte redação, lida pelo secretário da mesa: **Finalidade:** Apoiar a
220 prestação de serviços de assistência técnica, assim entendida como: a elaboração de
221 planos de habitação de interesse social, para implantação e consolidação do Sistema
222 Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS; e o conjunto de ações voltadas à
223 elaboração de projetos, acompanhamento e execução da obra, e trabalho social, jurídico
224 e de mediação de conflitos, necessário para a edificação, reforma, ampliação, conclusão
225 ou regularização fundiária da habitação. **Descrição:** Transferência de recursos ao poder
226 público ou a entidades privadas sem fins lucrativos para prestação de serviços de
227 assistência técnica para habitação de interesse social. **Produto:** Assistência técnica
228 prestada. **Forma de execução:** Descentralizada, executada por intermédio dos estados,
229 Distrito Federal e municípios ou entidades privadas sem fins lucrativos. Encerrando a
230 apreciação e deliberação do Voto nº 002/2015/SNH/MCIDADES, foi proposta, pela
231 própria autora da matéria, a Sra. Presidenta, **Inês Magalhães**, alteração para a ação de
232 “**Apoio ao Fortalecimento Institucional dos Agentes integrantes do Sistema**
233 **Nacional de Habitação de Interesse – SNHIS**”, objetivando conferir maior
234 abrangência à ação, que poderá executar ações de capacitação e ainda promover eventos
235 técnicos, contratar pesquisas e editar publicações e, observada a Lei Geral de Licitações,
236 possibilitará a participação de entidades privadas, tais como editoras ou empresas
237 organizadoras de eventos. Aprovado por unanimidade e lido pelo secretário da mesa, o
238 novo texto final passou a prever: **Finalidade:** Apoiar o fortalecimento institucional dos
239 agentes integrantes do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, para
240 atuarem na melhoria das condições urbanísticas e habitacionais das cidades,
241 prioritariamente, nas áreas em que vivem famílias de baixa renda. **Descrição:**
242 Transferência de recursos ao poder público ou entidades privadas para execução de
243 ações de fortalecimento institucional. **Produto:** Projeto executado. **Forma de**
244 **execução:** Direta ou descentralizada, por intermédio de estados, Distrito Federal e
245 municípios ou entidades privadas. Dando sequência à reunião, a Sra. Presidenta, Inês
246 Magalhães, passou aos assuntos gerais. **Item 3 - Assuntos Gerais - Apresentação SNH**
247 **- Execução orçamentária-financeira das ações do FNHIS; Apresentação SNH –**
248 **Balço de adesão dos entes federados ao Sistema Nacional de Habitação de**
249 **Interesse Social – SNHIS.** Nesse momento, foram convidadas a fazer a apresentação o



250 servidor **Antônio Vladimir Moura Lima** e a servidora **Mirna Quinderé Belmino**
251 **Chaves** (SNH/MCidades). O Sr. **Antônio Vladimir** iniciou sua fala destacando haver
252 uma equipe de monitoramento específica para as obras do FNHIS, havendo um técnico
253 específico para cada Unidade da Federação. A Sra. **Mirna Quinderé** lembrou que os
254 atrasos na execução das obras geram “restos a pagar” de grande valor e, por
255 conseguinte, um grande esforço para compatibilizar os limites orçamentários e
256 financeiros nos anos seguintes. O Sr. **Antônio Vladmir** destacou haver Decretos que
257 fixam prazos início das operações contratadas, sob pena de cancelamento dos “restos a
258 pagar”. No caso de contratos destinados à elaboração de estudos e projetos a maior parte
259 já foi cancelada, devido ao descumprimento do prazo de início das atividades
260 contratadas. A Sra. Presidenta, **Inês Magalhães** falou sobre o problema de atraso no
261 início e conclusão das obras, que provoca acréscimos de custo, que devem ser cobertos
262 por contrapartidas. Por sua vez, os estados e municípios possuem dificuldades em
263 aumentar a contrapartida. Solicitando a palavra, o Sr. **Nelson Teixeira**
264 (SNH/MCidades) lembrou que, como de praxe, os números apresentados seriam
265 disponibilizados no sítio eletrônico do Ministério das Cidades. O Sr. **João Pereira**
266 **Oliveira Junior** (CONAM) parabenizou pelo zelo da equipe do Ministério e
267 especificamente da Secretaria em acompanhar o processo e chamou a atenção para o
268 cancelamento de obras que possuam, como promotores, as entidades. Devido ao horário
269 e a outros compromissos de trabalho, a Sra. Presidenta, **Inês Magalhães**, solicitou aos
270 presentes que o último item de pauta, relativo à apresentação do balanço da adesão dos
271 entes federados ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, fosse apreciado
272 na próxima reunião, Nada mais havendo a tratar e não havendo mais quem desejasse
273 fazer uso da palavra, a Sra. Presidenta, **Inês Magalhães**, deu por encerrada a reunião, às
274 dezoito horas e cinco minutos, cuja ata foi por mim lavrada e assinada.

Brasília, 30 de junho de 2015.

Nelson Teixeira da Silva
Secretário